

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MEIO RURAL:
UM ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS DIGITAIS**

*PUBLIC POLICIES OF THE DIGITAL INCLUSION IN RURAL AREAS: A
STUDY OF THE DIGITAL TERRITORIES*

Pricila Estevão¹
Diego Neves de Sousa²

Embrapa Gado de Leite¹
pricila.estevao@embrapa.br

Embrapa Pesca e Aquicultura²
diego.sousa@embrapa.br

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar as políticas públicas de inclusão digital no meio rural, utilizando-se como exemplo empírico o projeto Territórios Digitais que é uma proposta de fortalecimento interministerial por meio das TICs como forma de enfrentar os desafios socioeconômicos no espaço rural via o estabelecimento de telecentros aqui chamados “Casas Digitais”. Entre os resultados, evidenciou que devido ao contingente de “excluídos digitais” no rural o que se percebe é que a proposta das Casas Digitais teoricamente é boa, quando comparado a outras iniciativas de inclusão digital via telecentros, mas sua avaliação ainda é incipiente. Um dos desafios para sua sobrevivência está na permanência dos usuários, atendendo às suas demandas referentes ao acesso de sites de interesse e serviços agregados.

Palavras-chaves: Inclusão digital; Políticas públicas; Territórios Digitais.

ABSTRACT

This study aims to discuss the public policies of digital inclusion in rural areas and, therefore, was used as empirical example design Digital Territories. Digital Territories is a proposal for strengthening inter through ICT as a way to then face the economic and social challenges in rural areas via the establishment of telecentres here called "Digital Homes". Some results showed that due to the contingent of "digitally excluded" found in rural areas which can see is that the proposal of Digital Homes is theoretically good, when compared to other digital inclusion initiatives through telecentres, but its assessment is still incipient. One of the challenges to the survival of this action is in the residence of users. For this, there is a need to meet the demands of these people regarding access to sites of interest and added services.

Key Words: Digital inclusion; Public policy; Digital Territory.

INTRODUÇÃO

A inclusão digital tem ocupado lugar de destaque na agenda política nacional, sobretudo, nas últimas décadas, tendo em vista a demanda de organismos internacionais por esta política. Mas, mesmo assim, não se pode afirmar que existe de fato uma política de inclusão digital no Brasil, e sim ações esporádicas e descontínuas. Sabe-se que atualmente há, na esfera federal, 20 diferentes projetos de inclusão digital, executados em diferentes ministérios. Entre estes há pouca articulação. Com isso, verifica-se que o maior desafio é o de buscar sinergia e convergência de ações, promovendo, dessa forma, ações estruturantes nos ministérios. Entre as ações que contemplam essa perspectiva está o projeto Territórios Digitais, foco de reflexão crítica deste estudo.

O projeto Territórios Digitais foi criado em 2008, a partir do acúmulo de experiências adquiridas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A principal ação foi a implementação dos espaços comunitários, denominados Casas Digitais, as quais concentram ações de inclusão social em meio rural, especificamente, nos Territórios da Cidadania, numa perspectiva de integrar programas interministeriais. As Casas Digitais são espaços públicos e gratuitos que disponibilizam o acesso as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) para o aprimoramento dos processos de gestão da produção, controle social das políticas públicas, acesso à informação e formação de rede de troca de experiências. O projeto é autogestionado por meio dos membros da própria comunidade que aprendem a gerir e manter sozinhos as Casas Digitais, replicando seu aprendizado à comunidade.

No caso do Brasil, os estudos sobre políticas públicas são ainda recentes. Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (TREVISAN e BELLEN, 2008). Por isso que se justificam maiores estudos sobre esta temática.

Neste contexto, pretende-se discutir as políticas públicas no âmbito da inclusão digital e, para isso, utilizar-se-á como exemplo empírico o projeto Territórios Digitais, contrastando sua caracterização com referências bibliográficas deste campo de estudos.

CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

São vários os pesquisadores que discutem o papel das políticas públicas em suas respectivas áreas de conhecimento. No Brasil, o tema tem chamado cada vez mais a atenção de estudiosos e está em ampla expansão, caracterizando-se como um campo em construção. Entre os autores, Souza (2007) salienta que não existe uma única ou melhor definição de política pública, destacando que uma das conceituações mais conhecidas é a de Laswell que atrela o conceito a três questões-chave: quem ganha o quê, por que e que diferença faz, situando a noção em uma perspectiva de redistribuição dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico a partir da ação dos Estados.

Neste escopo, Souza (2006) entende as políticas públicas como aquelas que estão ligadas fortemente à ação do Estado, que define, com autonomia relativa, como os recursos públicos são utilizados para o benefício dos cidadãos e, para isso, a autora fez uma síntese dos principais teóricos (Quadro 1).

QUADRO 1 - CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM AUTORES PESQUISADOS POR SOUZA (2006).

<i>Autor</i>	<i>Conceito</i>
Easton (1965)	É um sistema, ou seja, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.
Lynn (1980)	Conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Dye (1984)	É o que o governo escolhe fazer ou não fazer.
Peters (1986)	É a soma das atividades do governo, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
Mead (1995)	É um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Fonte: Adaptado de SOUZA (2006).

Com uma visão similar de Souza (2006), Fernandes (2007) acredita que as políticas públicas se manifestam por meio de duas dimensões que se complementam, o administrativo técnico e o político, conforme se verifica em sua argumentação:

costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto 'político' propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório (FERNANDES, 2007, p. 203).

Boneti (2007) considera importante também compreender como que as políticas públicas são geradas considerando a composição do Estado, seus poderes constituídos, o poder político, o interesse de continuidade dos grupos que se encontram no poder. Seu

objetivo primeiro é o de atender a uma necessidade da reprodução do capital, do processo de industrialização que a economia globalizada difundiu no planeta. As políticas públicas, nesta perspectiva, são consideradas produto de leituras e diagnósticos sobre a realidade que se quer mudar, reconstruir ou construir a partir da intervenção planejada (BONETI, 2007).

Além de produtos de leituras e diagnósticos, as políticas públicas representam, de alguma forma, as várias demandas da sociedade, que encontram os filtros inerentes à estrutura do próprio Estado, implicando, dessa forma, seleção, exclusão, tradução, e re-significação de questões e temas (OFFE, 1984). Então, o papel do governo na definição, formulação e implementação de políticas públicas torna-se uma questão que deve ser compreendida em cada caso específico (FARIA, 2003).

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DIGITAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Contexto socioeconômico

A partir da segunda metade do século XX, a sociedade mundial vivenciou um processo tecnológico revolucionário ocasionado pelo aparecimento de inúmeras Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs¹) que provocaram diversas mudanças nas estruturas organizacionais tanto no que se refere ao contexto sócio-político quanto econômico, em nível global, provocando o que se denominou “Terceira Revolução Industrial”. Em âmbito mundial, presencia-se aquilo que Rosnay (1998) e Lojkine (1999) denominam de “Revolução Informacional” que, partindo da retroalimentação e da sinergia de uma série de outras tecnologias, constituíram o fenômeno que Castells (1999) designa de “Era da Informação e do Conhecimento” (*apud* OMENA e COSTA, 2009) ou o que será denominada aqui de “Sociedade da Informação”.

Nesse sentido, a chamada Sociedade da Informação trouxe novas responsabilidades para todos os atores sociais nela inseridos. Essas responsabilidades, segundo Ferreira (2003), denotam o dever desses atores para a provisão de um fluxo constante de informações que possibilitem a geração de novos conhecimentos e tomada de decisão nas várias instâncias da

¹ Durante muitos anos falava-se apenas no computador. Depois, com a proeminência que os periféricos começaram a ter (impressoras, plotters, scanners, etc), começou a falar-se em novas tecnologias de informação (NTI). Com a associação entre informática e telecomunicações generalizou-se o termo tecnologias de informação e comunicação (TIC). Qualquer das designações é redutora, porque o que é importante não é a máquina, nem o fato de lidar com informação, nem o de possibilitar a sua comunicação à distância em condições francamente vantajosas. Mas não há, por enquanto, melhor termo para designar estas tecnologias (Ponte, 2000).

sociedade, inclusive no Estado. Vista sob esta perspectiva funcional, a informação pode ser entendida como um recurso redutor de incertezas (BUKLAND, 1991; CHIAVENATO, 1993).

No que diz respeito ao desenvolvimento local, ela pode viabilizar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas com maior grau de eficácia e eficiência, a partir da análise da complexidade social em suas demandas e contradições. Há, portanto, no uso desse recurso, um *continuum* que o coloca em uma posição de destaque no pós-industrialismo, em que a informação gera conhecimento, e este, por sua vez, gera mais informação, dentro de uma estrutura circular virtuosa (FERREIRA, 2003).

Por conseguinte, tal estrutura, geradora desse fluxo perene de informação, tem levado estudiosos como Masuda (1982), Touraine (1999) e Castells (1999) a atribuir-lhe o *status* de recurso fundamental para o desenvolvimento da sociedade, tendo adquirido essa posição em função das transformações tecnológicas que a tornaram cada vez mais difusa no século XX (FERREIRA, 2003, p.36).

Desde o final da década de 60, quando foi convocada a primeira de uma série de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre questões relacionadas à informática, as TICs foram consideradas vetores de desenvolvimento econômico e social. Ao longo das décadas de 70 e 80, inúmeros países, incluindo-se aí com destaque o Brasil, conceberam planos nacionais de capacitação tecnológica e de produção doméstica de bens e serviços em informática, como potenciais atalhos rumo ao desenvolvimento. Já na década de 90, uma concepção mais diversa do papel das TICs em países em desenvolvimento principiou a ganhar espaço. Nessa concepção revista, atribuiu-se maior peso ao balanceamento da capacidade de geração, aplicação e uso de tecnologias de um país do que a produção de bens e serviços (SOCIEDADE, 2000). É também nessa perspectiva que se iniciam as discussões sobre a inserção do Brasil na sociedade da informação e conhecimento.

O acompanhamento destas tendências exige o devido planejamento e investimentos nas telecomunicações, de modo a possibilitar um ambiente de aumento da competitividade, agilidade e eficiência. Por outro lado, ocorre um processo de exclusão digital que deve ser combatido com a universalização do acesso à informação e à ampliação da interatividade. Como visto, tanto o Brasil quanto os outros países do mundo passaram por e estão em processo de profundas transformações que envolvem a flexibilização dos modelos econômicos e o surgimento de um novo papel do Estado, cada vez mais focado como agente formulador de políticas sociais (BRASIL, 2000).

Entre os atores que influenciaram o estabelecimento da agenda de políticas de inclusão digital no país estão os organismos internacionais de âmbito econômico e social, com destaque para a ONU. E na esfera nacional, o alto escalão do governo e seus diversos órgãos

foram os responsáveis por colocar na pauta de discussão tal temática. Na operacionalização, além desses atores, incluem agentes públicos e privados, organizações não-governamentais (ONG's) e a sociedade civil organizada.

Da exclusão à inclusão digital

Tendo em vista a demanda internacional por ações que potencializam a inclusão digital, o governo brasileiro iniciou, no final da década de 1990, esforços para a criação de políticas públicas voltadas para as TICs. Atualmente, elas representam uma noção que direciona concepções abrangentes sobre processos de mudança social, surgindo como o direcionamento de um “novo tipo de sociedade”, a Sociedade da Informação, anteriormente referida. Esta se apóia predominantemente nas TICs, para a comunicação e para a troca de informação em formato digital, suportando a interação entre indivíduos e entre estes e as instituições (GOUVEIA e GAIO, 2004).

Com o passar do tempo, o que era uma iniciativa de prestação de serviços públicos via internet, começa a ganhar forma e, no início do ano 2000, é colocada em prática uma política que leva em consideração a cidadania. A inclusão digital começa fazer parte da pauta governamental, pois entre outras constatações percebidas pelo governo brasileiro é o fato que de nada adianta a sociedade ter serviços disponíveis eletronicamente, sendo que a maioria da população não tem acesso ao aparato tecnológico e muito menos familiaridade com as tecnologias. É nessa perspectiva que foi possível refletir sobre a garantia do direito ao cidadão e, não apenas, a prestação de um serviço. Este é considerado descontínuo, não tendo o Estado obrigação em colocá-lo em prática e aquele é considerado uma garantia por lei.

Na concepção atual do governo federal, a inclusão digital

deve ser tratada como um elemento constituinte da política de governo eletrônico, para que esta possa configurar-se como política universal. Esta visão funda-se no entendimento da inclusão digital como direito de cidadania e, portanto, objeto de políticas públicas para sua promoção (BRASIL, 2009).

Não se trata, portanto, de contar com iniciativas de inclusão digital somente como recurso para ampliar a base de usuários e, deste modo, justificar os investimentos em governo eletrônico; nem reduzida a elemento de aumento da empregabilidade de indivíduos ou de formação de consumidores para novos tipos ou canais de distribuição de bens e serviços (BRASIL, 2009).

De forma prática e direta, Gonçalves (2007) entende por inclusão digital o processo de apropriação das novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, de modo a permitir a autonomia das pessoas historicamente excluídas dos seus direitos. Numa concepção mais ampla, que vai além da inclusão digital, Martini (2005) vê na promoção da cidadania digital uma iniciativa fundamental para incrementar a educação da população brasileira, com vistas a: (a) assegurar a preservação da cultura com a proliferação de sítios de língua portuguesa e temáticas vinculadas ao cotidiano; (b) iniciar a requalificação profissional de trabalhadores; e (c) incentivar a criação de postos de trabalho de maior qualidade.

Além disso, para a construção da cidadania digital e ativa, o autor acredita ser necessária a afirmação dos direitos das mulheres e crianças, o desenvolvimento tecnológico sustentável e o aprimoramento da relação entre o cidadão e o poder público. Trata-se de uma perspectiva que considera a transformação da gestão do Estado sob o enfoque do cidadão, transformação esta que é fundamental para os processos de produção nos quais os serviços públicos são gerados e disponibilizados à população. Os princípios supracitados nortearam em 2003, o governo brasileiro, ao incluir, em seu programa interministerial de governo eletrônico, um comitê técnico para inclusão digital (MARTINI, 2005).

Assim, seguindo o exemplo de outros países e o indicativo internacional, o país criou em 1999, o Programa Sociedade da Informação (SocInfo²), iniciativa que resultou de ampla discussão promovida pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), a partir do ano de 1996, da qual participaram intelectuais, técnicos e especialistas de diferentes formações, organizados em temas diversos, considerado o primeiro passo para a inserção de questões relacionadas à inclusão digital. De acordo com dados da Sociedade (2000), o SocInfo tem como objetivo colocar o Brasil ao lado dos países mais desenvolvidos em termos de tecnologia da informação. Com orçamento de R\$ 3,4 bilhões, previsto no Plano Plurianual 2000-2004, o governo federal pretendia aumentar a participação da economia da informação no Produto Interno Bruto (PIB) que na ocasião era de 10%. O SocInfo culminou, em 2000, com a publicação do “Livro Verde” que contém as metas de implementação de tal programa.

² O SocInfo foi criado para articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento e utilização segura de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações na sociedade mediante a pesquisa, desenvolvimento e ensino, oferecendo novos serviços e aplicações na Internet, garantindo vantagem competitiva e a inserção da empresa brasileira no mercado internacional. O programa pretendia estabelecer uma estratégia para inserção da sociedade brasileira na Sociedade da Informação, vale dizer, na era da informação globalizada. O projeto faz parte das ações do Ministério da Ciência e Tecnologia e leva em conta o impacto que as redes digitais de alta qualidade devem ter na sociedade e o papel central das Tecnologias da Informação para a competitividade econômica. Além disso, outros objetivos do governo eram investir na velocidade de transmissão de dados e em novos serviços e aplicações, e reduzir as desigualdades regionais no acesso à rede (SOCIEDADE, 2000).

Dando continuidade à estratégia governamental proposta pelo SocInfo, ainda em 2000, foi criado o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE) cujo objetivo era o de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico. Em 2003, as iniciativas governamentais multiplicaram-se, foram criados os Comitês Técnicos de Governo Eletrônico, incluindo em suas linhas de ação, pela primeira vez, a temática da inclusão digital como direito de cidadania. Assim, foi instituído oficialmente o Comitê Gestor da Internet (CGI), aspecto que fortaleceu o projeto político de inclusão digital no Brasil. (GOVERNO, 2003)

Paralelamente, outras iniciativas foram se desenvolvendo no sentido de discutir ações que promovam a tão sonhada inclusão digital no Brasil. Dentre as quais estão as oficinas de inclusão digital que percorrem, desde 2001, todas as regiões do país, com o objetivo de apontar ideias para o direcionamento de ações e estratégias governamentais para investimento em políticas públicas de inclusão digital e, por consequência, na promoção da inclusão social.

Não necessariamente programas e ações dessa natureza ou outras com o mesmo perfil tende proporcionar inclusão digital à população. Isto se deve a vários fatores, principalmente, a renda insuficiente da maior parte da população para aquisição de computadores e o alto custo da conexão. Indo além da perspectiva abordada, Marques de Melo (2002) explana que algumas propostas inclusivas desconsideram que a exclusão digital seja apenas uma mera projeção da exclusão cultural e tem seus desdobramentos na exclusão socioeconômica. O referido autor pondera que sem acesso à renda, cultura e, em especial, a educação não se irá resolver o problema da exclusão digital no país.

Segundo o professor Schwartz, diretor da Cidade do Conhecimento, um projeto de inclusão digital mantido pela Universidade de São Paulo (USP), a questão não é o acesso ao computador, mas a capacidade que a população tem de usar, ou seja, dominar as ferramentas de TICs. Para ele, o objetivo ideal dessas políticas seria o de fazer a inclusão no conhecimento e não no digital (SILVA, 2006).

A partir desses pressupostos, Gonçalves (2007) verifica também que há uma necessidade por parte da população de baixa renda de políticas públicas para a área de inclusão digital que dê conta de interligar as ações e iniciativas do governo em andamento, independentemente das esferas e, principalmente, que possa aumentar os investimentos em projetos públicos de inclusão digital. Para isso, o mesmo autor aponta que esse tipo de política pública precisa ter como objetivos um plano nacional de universalização de banda larga, a capacitação contínua, o incentivo à comunicação comunitária, a existência dos telecentros

como centrais públicas de comunicação, tendo em vista o potencial da convergência tecnológica, a formação de redes para a colaboração das produções potencializando a sua circulação e um processo contínuo de avaliação.

Entre os objetivos propostos para amenizar a exclusão digital, que serão discutidos no próximo tópico, está a implementação de telecentros em regiões de maior desigualdades sociais. Quanto às questões atinentes a este tema, Gonçalves (2007) considera não ser verdadeiro dizer que a manutenção de telecentros é dispendiosa, pois o investimento geraria emprego, contribuiria com a distribuição de rendas das comunidades de menor poder aquisitivo e, por isso, movimentaria a economia local e traria “retorno social”. Assim sendo, o presente estudo buscou verificar a importância da inclusão digital como política pública.

TERRITÓRIOS DIGITAIS E SUAS PERSPECTIVAS

Dentre as políticas públicas de inclusão digital, pode se destacar o projeto Territórios Digitais pela contribuição à inclusão social, melhorias de qualidade de vida, organização social e na conservação ambiental. Este projeto é uma das ações que integra o programa dos Territórios da Cidadania que tem como foco a promoção do desenvolvimento socioeconômico e também a universalização dos programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O programa busca assegurar, dessa forma, desenvolvimento regional e a garantia de direitos sociais voltados às regiões mais pobres do país. Atualmente, existem 120 territórios distribuídos em localidades entre os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, sobretudo, nas regiões norte e nordeste.

Nesse sentido, os Territórios Digitais é uma proposta de fortalecimento interministerial por meio das TICs como forma de, então, enfrentar os desafios econômicos e sociais. Com início em 2008, por iniciativa do MDA, o projeto tem a previsão de que até o fim de 2010 esteja presente em todos os Territórios da Cidadania³, totalizando aproximadamente 1900 municípios do país. Entre os beneficiários estão os assentados da

³ O programa Territórios da Cidadania é uma ação do Governo Federal brasileiro que foi lançada em 2008 e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Entre os desafios, está a redução das desigualdades sociais e regionais pela melhoria da qualidade de vida dos brasileiros que vivem em regiões de baixo desenvolvimento, especialmente no meio rural. Os 120 territórios do Brasil foram escolhidos por apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País e pouco dinamismo econômico (TERRITÓRIOS, 2010).

reforma agrária, agricultores familiares, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais residentes nos territórios rurais.

É sabido que a inclusão digital em áreas urbanas é deficiente, que dirá no meio rural? Segundo o NEAD (2008), as ações voltadas para a política de inclusão digital no espaço rural restringem-se a escassas e desarticuladas iniciativas de disponibilização de, somente, equipamentos e conexões. Trata-se mais de acesso a internet do que a inclusão digital propriamente dita. Sendo assim, a proposta dos territórios digitais é ir além das simples práticas de acesso a computadores e internet, ou seja, é promover o exercício da cidadania na interação das TICs, levando sempre em conta as particularidades de cada comunidade com relação à educação e cultura.

Uma das ações que contempla tal projeto é a construção de Casas Digitais, que são os telecentros, ou melhor, espaços públicos, sem fins lucrativos, conectados à internet e disponíveis aos cidadãos que não tem condições de acesso à tecnologia, indo desde um simples acesso ao computador até o uso intensivo das TICs (NEAD, 2008).

Para a implantação das Casas Digitais nos Territórios da Cidadania tem que atender aos seguintes critérios: localização em zona rural, preferencialmente nas proximidades de escolas ou que tenha existência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) na comunidade; ter energia elétrica; ter uma organização social registrada; possibilitar acesso a toda comunidade, aberto nos três turnos e todos os dias da semana; e possuir capacidade de prover condições de segurança para o público e demais equipamentos (IDEM).

Entre as estatísticas apontadas pelo NEAD (2008) é possível analisar a quantidade de telecentros por estado, quantidade proporcional ao número de habitantes e a perspectiva de construção de novos telecentros, sob o parâmetro rural. Os telecentros estão concentrados na região sul e sudeste do país, destacando sobremaneira o estado de Santa Catarina, com aproximadamente 42% do total. O mesmo estado continua a se destacar entre os demais quando analisado o número (13,55) de telecentros por mil habitantes no meio rural, pois quanto menor é esta relação, menor é a carência por telecentros. Ressalta também que os Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima, não possuem qualquer telecentro no rural os quais foram desconsiderados desta pesquisa. Entretanto, quanto aos mais carentes, destaca-se o Estado do Maranhão numa proporção equivalente a 2.287,41 por habitante. Quanto aos novos investimentos na implantação de telecentros por Estado se dará inversamente proporcional ao número de telecentros já instalados, como apresentado na Figura 1, para que

todos passem a ter igual quantidade de habitantes por telecentro. Verifica-se que esta análise permite a construção de um melhor indicador de balanceamento de esforços a serem empreendidos em cada estado.

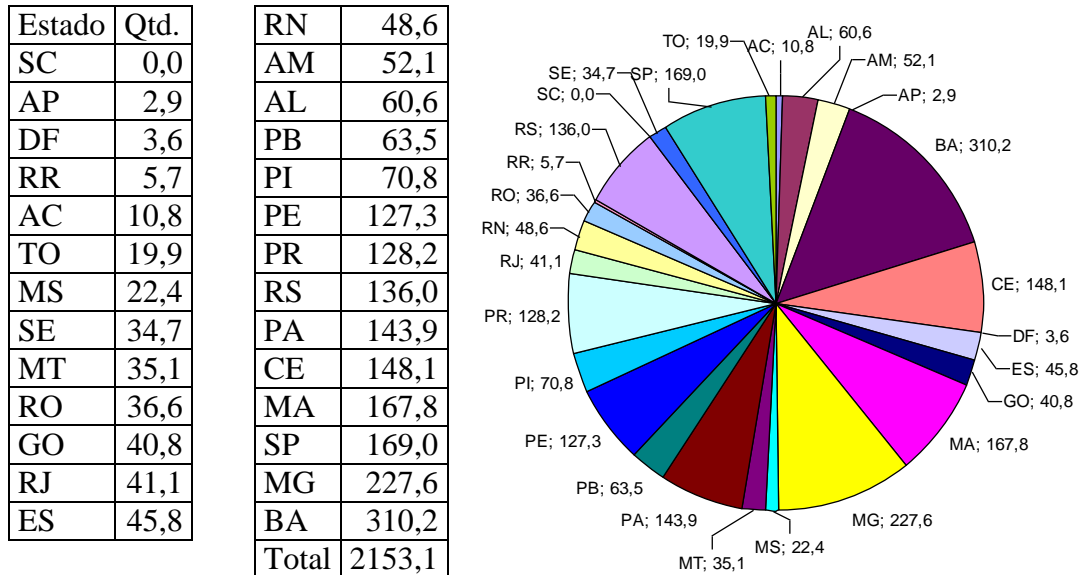


Figura 1 - Quantidade de telecentros a serem implantados por estado.

Fonte: NEAD, 2008

O projeto das Casas Digitais pretende incentivar a autogestão dos membros da comunidade em que está inserido que, por sua vez, aprenderão a gerir e manter sozinhos as Casas, replicando seu aprendizado à comunidade. O mais importante é que a concepção do projeto Casa Digital considera, em seu desenho, a identidade cultural dos agricultores, uma vez que se adequa às suas necessidades e à realidade de sua comunidade. Além disso, sobressai a formação de todos os membros da comunidade em que é dada de acordo com a especificidade local.

Ao contrário da concepção das Casas Digitais, estão os telecentros urbanos, que têm uma característica comercial, pois seu horário de funcionamento corresponde ao do comércio; oferece a formação profissional por meio de pacotes, não atendendo a demanda local; os monitores são remunerados e, apenas, eles são capacitados para as TICs. Dessa forma, a maioria dos usuários vai aos telecentros somente para utilizar os serviços sem atender as suas necessidades específicas (NEAD, 2008).

Por concentrar suas ações de inclusão digital no meio rural este projeto apresenta grandes desafios em relação a sua sustentabilidade, pois não contemplam a mesma

visibilidade daquele instalados em centros urbanos, o que dificulta a arrecadação de recursos para a viabilização dos investimentos. Neles trabalham pessoas da própria comunidade que precisam aprender a gerir sozinhos os telecentros sendo que, após a implantação, eles não contarão com nenhum tipo de apoio externo, principalmente, as orientações técnicas (NEAD, 2008). Contudo, é fundamental ter preocupação com os valores da comunidade para melhor entendê-la e, assim, tentar minimizar os possíveis erros na execução de tal projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamentos sobre a implantação das Casas Digitais mostram que a meta inicial do projeto Territórios Digitais, que era implantar pelo menos uma casa em 30 territórios da Cidadania foi superada em 167%, contabilizando 80 Casas Digitais instaladas em 65 municípios de 30 Territórios da Cidadania (TERRITÓRIOS, 2010). Considerando a quantidade de municípios (1900) pertencentes aos Territórios da Cidadania (120) e o grande contingente de pessoas em cada município, os números propostos e alcançados pelo projeto Territórios Digitais ainda são muito tímidos, pois apenas 3,4% dos municípios foram contemplados por essa política pública.

Não se pode apenas insistir em multiplicar a quantidade de telecentros espalhados pelo país, pois isso, como ação isolada, não é garantia de inclusão digital. Este tema deve ser levado à população de diferentes formas e enfoques, numa perspectiva qualitativa. Também o projeto não tem garantia de continuidade, visto que tem o propósito de término em três anos, o que coloca em risco sua gestão.

Outra análise deste estudo, que aponta a necessidade de reflexão, é o contingente de “excluídos digitais” encontrados no meio rural, além do elevado número de analfabetos. O que se percebe é que a proposta das Casas Digitais teoricamente é boa, quando comparado a outras iniciativas de inclusão digital via telecentros, mas sua avaliação ainda é incipiente, por partir do princípio de que esta política é recente e ainda não haver estudos aprofundados sobre seu desempenho e impacto à inclusão cidadã dos habitantes das regiões rurais beneficiadas.

Muitas ações dão somente os computadores e não se preocupam com o uso que será feito deles, ou, ainda ensinam apenas a “alfabetização digital”. O importante seria proporcionar o letramento digital, ou seja, não adianta apenas alfabetizar é preciso espírito crítico para saber o quê, como e por que consultar, que conteúdos são manipuláveis e quais são realmente confiáveis. As TICs possuem enorme potencial para qualificar, por exemplo, os

processos de mobilização política e ação coletiva, beneficiando a capacidade de organização dos agricultores e sua ação pública. Este é um potencial ainda pouco explorado.

Entre os desafios para a sobrevivência dos telecentros e das Casas Digitais está a permanência dos usuários. Para isso, é necessário atender as suas demandas, tanto no que se refere ao acesso de sites de interesse quanto de serviços agregados, tendo como prioridade a melhoria da educação na comunidade em que estão inseridos. Principalmente, parece ser fundamental conferir possibilidade de apropriação local das TICs como ferramentas que auxiliem as mudanças necessárias aos processos de desenvolvimento local. A tecnologia de informação há de ser relacionada ao letramento, à mobilização organizativa dos agricultores e ao exercício dos direitos de cidadania. Caso contrário, sob enfoque da questão da ampliação do mero acesso, o risco é transformar o potencial de inclusão social em panacéia, afinal, a tecnologia perde sentido quando não é apropriada à cultura local e às demandas que se expressam por seu intermédio.

REFERÊNCIAS

- BONETI, L. W. *Políticas Públicas por Dentro*. 22^a. ed. Ijuí: Unijuí, 2007. 96 p.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Diretrizes de Governo Eletrônico*. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal*. Brasília, DF, 20 set. 2000.
- BUKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 24, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração*. 4^a. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.
- FERNANDES, A. S. A. Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, H.; MARTINS JUNIOR, J. P. (Org). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.
- FERREIRA, R. S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre e os desafios do Estado. *Brasília*, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.
- GOUVEIA, L. B.; GAIO, S. (Org.). *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2004.

GOVERNO cria Comitê Gestor da Internet no Brasil: estrutura de governança será mais democrática. *RNP*, 10 set. 2003. Disponível em < <http://www.rnp.br/noticias/2003/not-030910a.html>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. *Revista Inclusão Social*, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13> >. Acesso em: 08 fev. 2010.

MELO, J. M. A muralha digital: desafios brasileiros para construir uma sociedade do conhecimento. In: PERUZZO, C.; BRITTES, J. *Sociedade da Informação e novas mídias: participação ou exclusão?* São Paulo: Intercom, 2002.

MORAES e SILVA, M. Plano de inclusão digital pede R\$ 12 bi. *Jornal Brasileiro de ciências da comunicação*, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 284, jul. 2006.

OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OMENA DOS SANTOS, A. C.; COSTA, A.C.M. Sociedade informacional e exclusão: Os projetos de inclusão digital em Uberlândia-MG. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO; *Anais... CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, Curitiba, 2009. p. 2.

PONTE, J. P. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? *Revista Ibero Americana de Educação*, n. 24, p.63-90, set./dez. 2000.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20-45, jun./dez. 2006.

NEAD. *Projeto de implantação dos Territórios Digitais nos Territórios da Cidadania: uma proposta de fortalecimento das Ações Interministeriais por meio das Tecnologias da Comunicação e Informação*. Brasília, 2008.

REZENDE, F.C. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, M. M. *Plano de inclusão digital pede R\$ 12 bi*. *Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação*, ano 8, nº. 284 - São Bernardo do Campo, 2006

SOUZA, C. O estado da arte da pesquisa em políticas públicas. IN: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 65-86.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

TERRITÓRIOS Digitais supera metas no primeiro ano de atuação. Portal MDA, Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/23182>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

TERRITÓRIOS da Cidadania. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

TREVISAN, A. P; BELLEN, H. M.V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v.42, n. 3, maio/jun. 2008.

Recebido para publicação em 03 de março 2016

Aceito para publicação em 09 de outubro de 2016